

O Processo de Ingresso e sua intervenção na permanência e êxito dos ingressantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, IFSC - *Campus* Florianópolis: um estudo com sujeitos evadidos

10.35819/scientiatec.v10i2.6548

Daiana da Rosa Ferreira¹

Salete Valer²

Resumo: O estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o crescimento dos Institutos Federais pela Lei n.º 11.892/2008 proporcionou significativo aumento de oferta de cursos e matrículas em todo o Brasil, no entanto, os Institutos Federais vem sofrendo com altos indicadores de evasão. Este artigo investiga possíveis correspondências estabelecidas entre o Processo de Ingresso adotado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e lacunas no processo de permanência e êxito dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, *Campus* Florianópolis. A pesquisa é aplicada, com método dialético e de cunho qualitativo, empregando-se o estudo de caso como modalidade principal. O levantamento de dados ocorreu por entrevista semi-estruturada com 13 sujeitos que evadiram durante o primeiro semestre do curso. Os resultados apontam que os fatores de evasão estão ligados a aspectos pessoais, pedagógicos e a falta de conhecimento do conteúdo programático e do perfil de egresso. Conclui-se que a instituição poderia reverter esses resultados qualificando o sistema de ingresso ao promover uma melhor divulgação de informações e orientações aos candidatos, contribuindo, assim, para qualificar o acesso, o sucesso de aprendizado, garantindo a permanência e a progressão de seus alunos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Processo de Ingresso; Evasão.

Abstract: The establishment of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education and the growth of Federal Institutes by the law no. 11.892/2008 provided a significant increase in supply of courses and enrollments all over Brazil, however, the Federal Institutes has been suffering from high dropout rates. This article investigates possible correspondences established between the procedures adopted in the admission process of Federal Institute of Santa Catarina and gaps in the process of permanence and success of students in the Subsequent Technical Course in Occupational Safety, *Campus* Florianópolis. The research is applied, with a dialectical and qualitative method, using the case study as the main modality. Data collection took place by semi-structured interview with 13 subjects who dropped out during the first semester of the course. The results indicate that dropout factors are linked to aspects of a personal and pedagogical nature, and also related to unfamiliarity of the program content and the profile of the egress. It is concluded that the institution could reverse these results by qualifying the admission procedures by promoting better dissemination of information and guidance to applicants, thus contributing to qualifying access, learning success, ensuring the permanence and progression of its students.

Keywords: Professional and Technological Education; Process of Ingression; Evasion.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, E-mail: daiaddr@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina,
E-mail: saletevaler@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na perspectiva da Politecnia, desenvolve-se por meio de uma política fortemente baseada na junção dos segmentos da ciência, tecnologia e da diversidade cultural. A EPT, conforme sustentam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), defende métodos voltados para a inclusão social por intermédio de uma educação emancipatória adotada como posição perante a histórica dualidade da educação profissional brasileira, adquirindo um novo olhar diante do conhecimento, das técnicas de planejamento curricular, dos processos de gestão, das práticas de avaliação e das habilidades de ensinar e aprender.

A Lei n.º 11.741 de 16 de julho de 2008 (BRASIL, Lei n.º 11.741, 2008) redimensionou, institucionalizou e integrou práticas para a EPT dentro do sistema educacional brasileiro. Inserido nesse projeto, a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) criou os Institutos Federais (BRASIL, Lei n.º 11.892, 2008) com o intuito de desenvolver os Estados brasileiros por meio do aumento do quantitativo de matrículas e cursos oferecidos. Visando também a ampliar e a democratizar o acesso às suas vagas para parte da população brasileira preterida das instituições de ensino, os Institutos Federais implantaram a Lei n.º 12.711 de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, Lei n.º 12.711, 2012), que estabeleceu o ingresso com reserva de vagas para estudantes de escolas públicas nas instituições federais de ensino públicas, incluindo também fatores como características étnico-raciais, renda ou deficiência.

A execução da lei de cotas assegura a inclusão por meio da reserva de vagas durante a etapa de ingresso, no entanto, também é necessário possibilitar meios para a permanência e a qualidade educacional, uma vez que, conforme mencionam Almeida e Miranda (2020), a democratização da educação só ocorre mediante o acesso e a permanência dos estudantes na escola, quando há um problema em uma dessas condições ela não é completa e contribui para a evasão escolar.

A evasão em qualquer nível escolar, segundo aponta Figueiredo (2014), é uma questão complexa, cumulativa e dinâmica, uma vez que, ao afastar o sujeito da conquista do conhecimento, impede que ele usufrua do saber adquirido. A evasão não ocorre devido a uma causa única, mas decorre de fatores individuais, institucionais e sociais que, de acordo com Dore e Lüscher (2011), resultam na saída do estudante

da instituição de ensino e, assim, acarreta impactos sociais e econômicos a todos os envolvidos. Sobre esse aspecto, verifica-se que o problema da evasão é antagônico a indicações simplistas ou irrestritas, por essa razão, conhecer os principais fatores de evasão é extremamente importante para o desenvolvimento de medidas que reduzam os índices de abandono escolar.

Nessa linha de pensamento, a EPT revela uma série de concepções que apontam as especificidades desta modalidade de ensino, o que, conforme Coelho (2014), dificulta a percepção e a descrição dos fatores que contribuem para a evasão. Nesse sentido, para compreender os motivos que levam à evasão é preciso não somente apreciar o espaço escolar, mas também analisar as características dos estudantes que a instituição de ensino está recebendo, inteirando-se de sua conjuntura socioeconômica, educacional e profissional.

Dentro desse contexto, destaca-se nesse artigo³ potenciais correlações que podem se estabelecer entre os processos utilizados no Sistema de Ingresso do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e lacunas na permanência e êxito dos estudantes já na primeira fase do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, *Campus* Florianópolis.

As ponderações acima denotadas constituem a introdução do artigo. Na sequência estão os estudos que compõem a fundamentação teórica e a metodologia, determinada pela abordagem, modalidade de pesquisa, procedimento e instrumentos aplicados para a estruturação dos dados. Em seguida, a descrição e análise dos dados é desenvolvida, sobressaindo-se os resultados e suas análises apoiadas nos estudos referenciados. Por fim, a conclusão retoma o objetivo geral juntamente com outros temas iniciais para estabelecer as ligações do desenvolvimento da pesquisa.

³O presente estudo toma parcialmente os resultados da pesquisa intitulada *Processo de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): um estudo sobre a relação acesso - permanência - sucesso - progressão*. A dissertação foi realizada no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) nos anos de 2020-2021, com o objetivo de investigar os procedimentos que envolvem o processo de ingresso dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina, *Campus* Florianópolis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se, nesta seção, o referencial teórico que fundamenta a pesquisa: primeiro se traz uma breve história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, para em seguida, apresentar a problemática da evasão na RFEPCCT.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

A educação profissional iniciou-se no Brasil com uma perspectiva assistencialista voltada aos órfãos e desvalidos da sorte. Segundo Ciavatta (2005), somente com o estabelecimento do capitalismo dependente no século XX houve o interesse público de organizar uma formação profissional que atendesse à necessidade de operários da incipiente economia industrial.

As Leis Orgânicas da Educação Nacional publicadas em 1940, chamadas também de Reforma Capanema, determinaram a separação dos estudantes entre os que recebiam formação profissional para satisfazer as exigências de produção e os encaminhados para o ensino secundário com foco no preparo para a educação em nível superior. Apenas em 1960, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que todos os cursos de um mesmo nível se tornaram equivalentes, não existindo mais a obrigatoriedade de exames e provas para a equiparação. No entanto, a “equivalência” ficou apenas na lei, já que, segundo Ikeshoji e Terçariol (2018), os currículos continuavam duais e com isso garantiam que só os estudantes da educação propedêutica seguissem com sua formação superior. Em 1970, foi implementado a obrigatoriedade do ensino médio profissionalizante para todas as instituições de ensino, contudo, somente as instituições públicas atendiam essa exigência, ao passo que as escolas privadas seguiam preparando os estudantes para o ensino de nível superior.

Em 1980, durante o período de redemocratização, despontou um projeto democrático de educação profissional, entretanto, conflitos políticos culminaram na aprovação da LDB de 1996 (BRASIL, Lei n.º 9394, 1996), esta, por sua vez, organizou em duas categorias a educação brasileira: educação básica e educação superior. Sobre esse aspecto, a educação profissional passou a ser “considerada como algo

que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto.” (MOURA, 2007, p. 16). Para finalizar a desassociação entre a formação geral e profissional, o Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997 (BRASIL, Decreto n.º 2.208, 1997) formalizou a separação da educação profissional com o ensino médio.

Estudiosos e pensadores progressistas permaneceram com pesquisas e debates a fim de resgatar as concepções e os princípios gerais que devem orientar a EPT, por meio de uma proposta de educação nacional para a formação integral, culminando na publicação do documento Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, Ministério da Educação, 2004). Inserido nesse projeto, o Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004 (BRASIL, Decreto n.º 5.154, 2004) permitiu a integração entre educação básica e o ensino profissional, possibilitando assim o desenvolvimento da educação integrada.

Em 2007, foi divulgado o documento sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, Ministério da Educação, 2007) e, no ano seguinte, houve o estabelecimento de mudanças regularizadas para a educação dos trabalhadores, objetivando o redimensionamento, a institucionalização e a integração de práticas para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei n.º 11.741 de 16 de julho de 2008 (BRASIL, Lei n.º 11.741, 2008), que alterou a LDB (1996). Dentro dessa proposta ocorreu uma reorganização das instituições federais de educação profissional, culminando na Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, Lei n.º 11.892, 2008) que implementou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais.

Em um movimento de ruptura com os projetos anteriores de avanços na democratização do acesso a EPT, a Lei n.º 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, Lei n.º 13.415, 2017) mudou a estrutura do Ensino Médio ao estabelecer uma nova organização curricular flexibilizada por meio de itinerários formativos que evidenciam as áreas de conhecimento e a formação técnica e profissional de forma fragmentada. Relacionado a essa questão, a Resolução CNE/CP n.º 1 de 5 de janeiro de 2021 (BRASIL, CNE/CP n.º 1, 2021) mudou o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT) a fim de estabelecer a contrarreforma do Ensino Médio.

Além desses aspectos, as políticas atuais estão promovendo bloqueios e cortes orçamentários, que afetam também a assistência estudantil (BRASIL, Decreto n.º 7.243, 2010), comprometendo, assim, o bom andamento da EPT. Sobre esse ponto, exprimem-se o histórico embate entre projetos societários, pois, “de acordo com a visão política e social dos polos de poder, tem-se uma visão de qual sociedade se quer e, conseqüentemente, que tipo de educação e de ser humano se almeja construir.”(AMBROSINI, 2019, p.21). Diante do exposto, a educação vem sofrendo vários retrocessos que restringem sua democratização e a colocam ao interesse do capital.

Encerrada a breve exposição sobre a história da EPT no Brasil, discorre-se sobre a problemática da evasão na Educação Profissional e Tecnológica.

A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT)

A palavra evasão, na definição de Riffel e Malacarne (2010), é estabelecida como ato de sair, abandonar, desistir, não continuar em algum lugar. Segundo Araújo e Santos (2012), a evasão resulta da associação de fatores pessoais, escolares e socioeconômicos que culminam na desvinculação do estudante da vida escolar. Já para Bastos e Gomes (2014), a evasão é uma forma de exclusão e retrata um problema social derivado da desigualdade brasileira.

A evasão e a reprovação escolar causam prejuízos financeiros à instituição, uma vez que a desistência de estudantes impacta na redução do seu orçamento. No entanto, Figueiredo (2014, p. 87), destaca que a evasão é um fenômeno muito mais complexo, pois, “a temática insere-se no âmbito das discussões que nos levam a questionar o tipo de formação que vem sendo oferecida pelas escolas, sobretudo aquelas voltadas à formação do jovem trabalhador.” Nessa relação, conhecer e examinar os fatores individuais, acadêmicos, sociais, culturais e econômicos que influenciam na aprendizagem dos estudantes é fundamental para a implementação de ações de combate à evasão.

Os procedimentos de estruturação e expansão da RFEPCT foram avaliados por meio de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2013. O andamento do processo mostrou índices altos de evasão nos cursos

disponibilizados, sobretudo nos cursos de Nível Médio Subsequente e no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA). O levantamento de tais dados desencadeou grande preocupação com a situação encontrada na Rede Federal de EPT, culminando na publicação do Acórdão n.º 506 de 13 de maio de 2013 (BRASIL, Acórdão n.º 506, 2013), que indica diretrizes de combate à evasão. O documento salienta que o trabalho de projetar políticas ou ações que diminuam a evasão na Rede Federal de EPT é complexo considerando a variedade do público atendido pela instituição e a diversidade de causas pedagógicas e sociais que influenciam na evasão de seus estudantes. Sobre essa problemática, Glória (2017) divulga em sua pesquisa que os Institutos Federais com os melhores desempenhos são os que realizam algum tipo de acompanhamento dos níveis de evasão ou que desenvolvem práticas organizacionais que aprimorem a condição de oferta e permanência na EPT.

Inserido nesse projeto, servidores da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e da Rede Federal de EPT formaram um grupo de trabalho instituído pela Portaria SETEC/MEC n.º 39, de 22 de novembro de 2013 (BRASIL, Portaria n. 39 SETEC/MEC, 2013), a fim de estudar a implantação das instruções propostas pelo Acórdão. Dos estudos do grupo foi composto o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, publicado em 2014, que é um plano de ação estruturado em sete princípios que compreendem as concepções dos fatores de evasão e retenção, abrangendo também ações de combate, composição de parcerias, pesquisas e capacitações.

Com a publicação da Nota Informativa n.º 138, de 15 de julho de 2015, a SETEC/MEC estabeleceu para cada instituição da Rede Federal a estruturação e implementação de um Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes, com o propósito de analisar a investigação das causas de evasão e retenção, e efetuar “políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo nas instituições” (BRASIL, NI n.º 138 SETEC/MEC, 2015, p.1). Para que a SETEC/MEC consiga monitorar e acompanhar as estratégias desenvolvidas, e assim analisar as alterações nas proporções de evasão, retenção e conclusão de cada instituição, os objetivos empreendidos por cada instituição devem constar no Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI) e suas repercussões precisam ser publicadas no Relatório Anual de Gestão Educacional.

Perante o exposto, movimentos institucionais iniciaram no IFSC, a partir de 2016, a fim de atender a demanda por planos estratégicos, projetos e ações demandadas pelo TCU. Isso porque “Esta mudança de cenário engendrou condições propícias para superação de alguns antigos pressupostos, e ainda, abriu possibilidades significativas para a reflexão” (SUSK *et al.*, 2021,p.32), pois, segundo o autor, com esse movimento, verificou-se a necessidade de implementar ações efetivas para solucionar ou atenuar os índices de evasão. Para isso foi publicado, em 21 de agosto de 2018, pelo Conselho Superior do IFSC (CONSUP), a Resolução n.º 23 (IFSC, Res. n.º 23, 2018) para a implementação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC, PPE, 2018). Descrevendo quantitativamente o cenário das matrículas na instituição e analisando qualitativamente os fatores de evasão e retenção apresentados, o documento desenvolve práticas para a permanência, sucesso e progressão dos educandos, determinando também orientações para supervisionar e avaliar sua concretização.

Manifestada a problemática da evasão na Rede Federal de EPT, retrata-se a seguir a metodologia da pesquisa desenvolvida.

METODOLOGIA

O estudo apresentado corresponde ao segmento de uma pesquisa de dissertação ProfEPT e identifica os resultados de investigação que buscaram examinar de forma mais ampla como os procedimentos atualmente utilizados no processo de ingresso do IFSC podem estar criando lacunas na permanência e êxito dos estudantes durante o primeiro semestre do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus* Florianópolis.

A pesquisa apresentada é de natureza aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35). Nessa relação, esta pesquisa aponta condições que estão intrinsecamente relacionadas ao processo de ingresso e que afetam o

sucesso do aprendizado para que ocorra a progressão do estudante, propondo orientações para alterar esse quadro.

Assume-se a abordagem dialética por esta procurar compreender os múltiplos componentes sociais que constituem uma mesma totalidade e, conforme Zago (2013), não considerar os elementos do cotidiano naturais e eternos, mas sim modificáveis e subordinados à práxis humana. O método de procedimento de cunho qualitativo é adotado em razão de esta concepção estar voltada à estrutura social do fenômeno e, assim, segundo Silva *et al.* (2018), tratar de acontecimentos, processos e relações particulares que não podem ser quantificados estatisticamente, já que busca compreender como os sujeitos elaboram significados em permanente processos de interações sociais, as quais podem ser dialeticamente diversificadas.

Como modalidade de pesquisa principal se aplica o estudo de caso, pois, conforme Severino (2007), com essa modalidade se objetiva investigar de forma detalhada uma realidade, um acontecimento ou um processo de natureza social. Nesta pesquisa, investiga-se como as interações dialeticamente constituídas marcam o processo de ingresso no respectivo curso como um processo de natureza social.

Seguindo os pressupostos de Severino (2007), faz-se uso de pesquisas secundárias relativas à natureza e constituição do *corpus* de análise. Desse grupo, seleciona-se primeiramente a pesquisa de campo, a qual, segundo esse autor, se configura em três fases como: estabelecer uma amostra relevante, aplicar instrumentos diretamente aos sujeitos da pesquisa em um determinado contexto social ou campo e promover tratamento dos dados encontrados. Nesta pesquisa, o campo é o contexto de educação profissional em que se aplica a entrevista como instrumento principal para a sistematização do *corpus* de análise, sendo que as questões propostas buscam diagnosticar a percepção dos sujeitos acerca determinadas variáveis previamente selecionadas: facilidade de acesso e uso de TIC durante o processo de inscrição e matrícula; acesso à informações sobre o curso durante o processo de ingresso; percepções sobre o processo de ingresso e sobre o curso; perspectivas quanto às questões pedagógicas, teóricas e práticas.

No que se refere às pesquisas secundárias relativas aos objetivos, a investigação se caracteriza por se enquadrar nas modalidades exploratória, descritiva e explicativa (SEVERINO, 2007). Exploratória, segundo esse mesmo autor, permite ao pesquisador, pela aplicação de instrumentos de pesquisa, alcançar uma

proximidade com o problema de estudo e conhecer sua dimensão. Nesta pesquisa, as variáveis exploradas pela aplicação da entrevista e análise dos dados nos documentos institucionais permitiram uma compreensão ampla relativa aos sujeitos estudantes e suas interações com a instituição IFSC.

A pesquisa é descritiva, segundo Severino (2007), quando características de um fato ou um fenômeno são expostas objetivamente. Nesta pesquisa, os dados são descritos qualitativamente, sendo que alguns também estão em percentuais, bem como são apresentadas algumas transcrições diretas dos conteúdos das falas dos participantes para dar autenticidade aos dados.

Ainda para Severino (2007), a pesquisa é explicativa quando busca verificar as propriedades relativas à estruturação da realidade, do acontecimento e do desenvolvimento investigado a fim de explicar teoricamente a realização dos dados do estudo. Nesta pesquisa, os dados encontrados são explicados e analisados tomando por base os pressupostos teóricos da EPT e das investigações relativas ao tema ingresso e evasão no contexto educativo.

Em relação ao principal instrumento aplicado para a sistematização dos dados, como já se colocou, foi a entrevista, que, segundo Rosa (2008), esta pode ser categorizada em estruturada, semiestruturada e livre. Foi aplicada a entrevista semiestruturada a partir de um roteiro organizado, no entanto, possibilita a inclusão de momentos não previstos no diálogo. O roteiro foi composto por 8 perguntas com a intenção de verificar o entendimento dos estudantes evadidos acerca das variáveis previamente propostas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Entrevista com sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho

<u>Dados do respondente</u>		
Sexo:	Idade:	Estado Civil:
Filhos:	Escolaridade:	Profissão:
Mês/ano de início do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho:		
Mês/ano do abandono do Curso Técnico em Segurança do Trabalho:		
(O entrevistado que não lembrar do período exato deverá responder a data aproximada)		
<u>Perguntas:</u>		
1 O que influenciou você a escolher cursar o Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no IFSC <i>Campus</i> Florianópolis?		
2 Como foi a sua experiência em relação ao uso das tecnologias e busca de informações no processo de realização da sua matrícula?		
3 Antes de fazer a sua matrícula, você leu o Projeto Pedagógico do curso para ter alguma noção em relação aos conteúdos teóricos e práticos que você viria a estudar no		

curso?

4 Você acha que os conteúdos teóricos e práticos trabalhados no curso estão em acordo com as práticas do Mundo do Trabalho?

5 Enquanto foi aluno do curso, você encontrou algum obstáculo para acompanhar as aulas?

6 Por que decidiu abandonar o curso? O que mais influenciou você nessa decisão?

7 Você tem alguma sugestão para facilitar o processo de ingresso em termos de uso da tecnologia necessária e busca de informações?

8 Você tem alguma sugestão para melhorar a permanência dos estudantes no curso?

Fonte: as autoras (2023)

No decorrer da aplicação dos procedimentos metodológicos, verificou-se que o Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho realizou 190 matrículas entre os anos de 2018, 2019 e no primeiro semestre de 2020. Nesse tempo, 71 estudantes evadiram do curso, sendo que 51 alunos desistiram do curso durante a primeira fase, o que corresponde a 72% do total de evasão. Contatados por e-mail e telefone, 13 sujeitos evadidos na primeira fase do curso, nos anos de 2018 e 2019, concordaram em participar da entrevista.

Os sujeitos entrevistados estão distinguidos pelos seguintes descritores: Sujeito da pesquisa indicado como S1, S2, S3, ..., S12 e S13; Sexo do sujeito da pesquisa: (F) para feminino e (M) para masculino; grupo de idade do sujeito da pesquisa: I1 (21 até 25 anos); I2 (26 à 30 anos); I3 (31 até 35 anos); I4 (36 à 40 anos); I5 (41 até 45 anos) e I6 (superior à 45 anos). Exemplo de descrição para identificação: S1-F-I6 (2020).

Para conhecimento dos participantes, informou-se que a entrevista apenas ocorreria após a leitura e autorização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Anuência de Dados, no qual consta que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil, conforme protocolo número 4.109.335, assim como também foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Posteriormente ao encerramento da etapa de entrevistas, iniciaram-se as transcrições dos dados coletados, os quais são descritos e analisados com base no referencial teórico.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se os resultados e as discussões teóricas relativas aos

dados coletados para esse estudo. Organiza-se em: (4.1) Perfil dos sujeitos evadidos; (4.2), Acesso às informações durante o processo de ingresso; (4.3), noções e expectativas sobre o curso; por fim, (4.4), processo de ingresso e evasão.

PERFIL DOS SUJEITOS EVADIDOS

Entrevistados 13 (100%) sujeitos evadidos, observa-se que seu perfil é predominantemente feminino, com 10 (79%) entrevistadas. Entre os sujeitos evadidos, 8 (62%) entrevistados se encontram na faixa acima dos 30 anos de idade, declarando-se solteiros e com filhos. Quanto à escolaridade, 8 (62%) possuem o ensino médio completo. Já em relação ao trabalho, 5 (38%) estavam desempregados no momento da entrevista e 5 (38%) ocupam posições em grupos periféricos de trabalho.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DURANTE O PROCESSO DE INGRESSO

No tocante às práticas em TIC utilizadas durante o processo de ingresso, a grande maioria dos sujeitos evadidos do curso declarou ter facilidade de acesso e uso das tecnologias da informação, assim como consideraram o processo de inscrição para o curso muito simples e tranquilo, entretanto, 03 (três) sujeitos evadidos manifestaram certa dificuldade de uso do página de ingresso, como o sujeito evadido S1-F-I6 (2020), “o site do IFSC é muito complicado para encontrar as informações e trava muito”. Para Almeida e Miranda (2020, p.176), “Este tipo de apontamento sugere às instituições públicas uma revisão de suas práticas em comunicação, que precisam estar de acordo com as necessidades de quem atende ou busca atender.” Nessa relação, uma proposta democrática de educação profissional necessita atentar para a EPT como um direito social do trabalhador ao saber, nesse sentido, o IFSC precisa desenvolver outras estratégias inclusivas para ampliar as possibilidades ao pleno acesso de todos os interessados ao ensino público federal.

A maior parte dos sujeitos evadidos soube da divulgação do resultado da seleção quando receberam o e-mail do IFSC com orientações para a matrícula. O Sistema de Resultados no site do IFSC foi apontado por 02 (dois) sujeitos como o local que souberam da seleção. O sujeito evadido S5-F-I6 (2020) declarou “achei que demorou, por esse motivo eu liguei algumas vezes. Acho que o resultado poderia ser de outra forma, além do site, como enviar por WhatsApp”, demonstrando, assim, a opção de outra ferramenta acessível que pode ser utilizada pela instituição na divulgação dos resultados.

Referente ao acesso às informações para a realização da matrícula, um número significativo de sujeitos evadidos declarou que não realizou a leitura do edital do processo de ingresso, desconhecendo as regras e normas que coordenam as formas de seleção realizadas pelo IFSC. Para Almeida e Miranda (2020, p. 177), detectada a existência de lacunas na comunicação entre a instituição e o público “faz se necessário conhecer que tipos de canais e mídias estes adolescentes utilizam e consideram interessantes, para que seja possível estabelecer o diálogo e alcançar a abertura necessária para se promover o conhecimento entre eles” tornando as informações acessíveis ao público interessado.

Os editais e sistemas de inscrição muitas vezes são complexos para o candidato e, segundo Ambrosini (2019), não deixam claras as informações e documentação necessários para a efetivação da matrícula. Para o autor, essa etapa necessita de uma orientação clara e prática aos candidatos fornecendo uma explicação mais completa e qualificada sobre os cursos, formas de acesso, modalidades de ingresso e também sobre a assistência estudantil. Nessa relação, sujeitos entrevistados afirmaram incompreensão de todos os documentos obrigatórios para a matrícula, no entanto, tal dificuldade não se apresentou como um grande empecilho, pois, ao comparecerem à instituição, tomaram conhecimento do procedimento de matrícula condicional, momento em que o candidato recebe um prazo para entregar a documentação, e tiveram suas dúvidas esclarecidas pelos servidores que atuam no ingresso.

Apresentados os resultados sobre o acesso às informações durante o Processo de Ingresso, passa-se às noções e expectativas apresentadas pelos sujeitos evadidos sobre o Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho.

NOÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE O CURSO

Entre os sujeitos evadidos que participaram da entrevista houve uma grande diversidade de influências, objetivos e expectativas que os levaram a se matricular no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, como: identificação com a área; ter uma formação profissional ampla; qualidade da instituição; mundo do trabalho; empregabilidade entre outros, constatando-se que tais características tanto podem representar um estímulo à permanência, sucesso e progressão, como também, de acordo com Dore e Lüscher (2011), podem se tornar fatores de evasão quando relacionados à possibilidade de experimentação profissional, sem o conhecimento da formação pedagógica e técnica oferecida pela instituição.

No que se refere aos conhecimentos prévios sobre o curso, um expressivo número de sujeitos evadidos afirmou que antes de ingressar na instituição já tinha uma boa noção sobre a profissão, apresentando frequentemente declarações como as dos sujeitos S9-M-I3 (2020), “sabia um pouco pelo meu amigo que trabalha na área” e S5-F-I6 (2020), “tinha uma ideia que trabalha fiscalizando ou fazendo cumprir as regras de segurança das pessoas de uma empresa e como usar adequadamente os equipamentos”. Coelho (2014), destaca em seu trabalho que, embora os estudantes que evadiram declarem conhecer o curso que ingressaram, chama a atenção as oposições/contradições apresentadas nos relatos dados no decorrer das entrevistas.

Dentro desse contexto, observa-se que os entendimentos dos entrevistados, muitas vezes, baseiam-se em estereótipos e senso comum criado a partir do nome do curso e que não correspondem à realidade encontrada, como o caso de S4-M-I2 (2020), “Percebi que não era o que eu queria” e de um significativo número de entrevistados que declarou que o acesso às informações mais específicas sobre o curso teriam influenciado em sua escolha durante o processo de ingresso. Nesse sentido, uma das recomendações feitas pelo TCU (BRASIL, Acórdão n.º 506, 2013, p. 17) em auditoria indica que “uma boa prática seria que os Institutos trabalhassem na divulgação do conteúdo dos cursos para que os alunos recebam informação suficiente sobre o tipo de investimento educacional que eles irão enfrentar”. Sobre a temática, Almeida e Miranda (2020, p. 176), também manifestam que ao aprimorar “a comunicação pública e buscar se aproximar dos alunos em potencial, a instituição

estaria também antecipando um vínculo, permitindo que o estudante se identifique — ou não — com sua proposta e seus cursos.” Perante o exposto, verifica-se a necessidade de os Institutos Federais conhecerem seu público, empenhando-se na elaboração de atividades de divulgação de informações que esclareçam, orientem e acompanhem o estudante na decisão do campo da formação profissional.

Observa-se também que muitos sujeitos evadidos desconhecem o Projeto Pedagógico do Curso, o que leva ao ingresso de um número expressivo de sujeitos que não receberam “informações sobre o que estudariam, quais equipamentos utilizariam e onde poderiam atuar na vida profissional.” (SUSKI *et al.*, 2021, p. 42). Em relação a essa problemática, sujeitos evadidos entrevistados informaram que saíram do curso por não se identificarem com o mesmo, como é o caso do sujeito S13-F-I2 (2020) que “gostaria muito que ele (Projeto Pedagógico do Curso) fosse mais acessível, pois se tivesse lido saberia que o curso não combinava comigo”. Tal fator poderia ser atenuado com uma alteração das práticas institucionais de simples disponibilização de informações para a construção de estratégias de orientação e conscientização dos candidatos.

Expostos os resultados que tratam sobre as noções e expectativas que os sujeitos evadidos possuíam em relação ao Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, apresenta a seguir fatores de evasão que estão relacionados ao processo de ingresso.

PROCESSO DE INGRESSO E EVASÃO

Sobre os fatores de evasão que estão de alguma forma ligados ao processo de ingresso, verificou-se que o conflito de horário, trabalho/emprego, distância, falta de base pedagógica nos níveis anteriores de ensino-aprendizagem e a não identificação com o curso, relacionada à falta de conhecimento e orientação sobre o curso em que se está ingressando, são alguns dos motivos de evasão relacionados ao processo de ingresso apresentados pelos sujeitos evadidos.

Referente ao conflito de horário, trabalho/emprego e distância, estes fatores revelam que, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a maioria dos estudantes da EPT são trabalhadores-estudantes e não estudantes-trabalhadores, ou seja, caso haja inevitabilidade de escolha, a manutenção do emprego é a primeira opção, como

é o caso de S8-F-I3 (2020), “Meu trabalho ficou muito corrido para mim e a distância da minha casa”. Essas condições evidenciam a necessidade de trabalho e retratam a classe social dos estudantes, tendo em vista a relação que se estabelece entre a classe social e permanência nos estudos. Diante desses fatos, verifica-se que a grave desigualdade socioeconômica brasileira faz com os jovens da classe trabalhadora busquem inserção na vida produtiva muito antes de alcançar a maioridade, pois precisam se sustentar ou ajudar economicamente sua família, conforme estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Ciavatta (2005) e Moura (2007).

A dificuldade financeira é outro fator que exerce um grande peso na evasão, dado que, mesmo o curso sendo gratuito, gastos com transporte, alimentação, material escolar, vestuários, etc. são indispensáveis e podem comprometer o orçamento de alguns estudantes, como S12-M-I1 (2020) que declarou: “Talvez se eu tivesse tido o auxílio transporte eu teria continuado no curso. O alto custo me prejudicou também”. Para Glória (2017), a demanda pela ampliação das ofertas de assistência estudantil (BRASIL, Decreto n.º 7.243, 2010), apoio psicopedagógico e a inclusão de iniciativas que estabeleçam condições de alimentação, passe escolar, entre outras, são as estratégias fundamentais para incentivar a permanência e o êxito dos estudantes.

Outra dificuldade enfrentada pelo trabalhador-estudante é a cansativa rotina de trabalho e estudo, especialmente, quando somada ao deslocamento casa-emprego-escola, como declarou S2-F-I1 (2020), “O horário do curso estava me deixando extremamente cansada, pois saía tarde do trabalho e do curso, aí acordava cedo no outro dia”. Referente à problemática, Coelho (2014, p.167), coloca em sua pesquisa que “diante do cansaço laboral, dos problemas inerentes à manutenção da família e aqueles exigidos pelo estudo, os estudantes participantes da pesquisa, em geral, não priorizam sua formação, abandonando a escola.” O que expressa a relação histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual, divergindo completamente do discurso exposto pelo Documento Base da EPT (BRASIL, Ministério da Educação, 2007), de integração entre trabalho e educação.

Perante o exposto acima, percebe-se que os estudantes da instituição “necessitam ser vistos como seres humanos que são, serem ouvidos em seus anseios, em suas lutas para conciliar trabalho e estudo, em suas desestruturas financeiras e familiares.” (RIFFEL; MALACARNE, 2010, p.5). Assim, as dificuldades

quanto ao horário de trabalho poderiam ser minimizadas se o curso alterasse os horários das aulas e atividades, as unidades curriculares poderiam ser flexibilizadas ou ofertadas na modalidade semipresencial, além disso, a instituição também poderia desenvolver parcerias que estimulem a sensibilização das empresas para a flexibilização dos horários de trabalho. Inserido nesse projeto, as ações para minimizar os problemas de evasão acima apresentados precisam ser bem divulgadas durante o Processo de Ingresso, em diferentes mídias e meios de comunicação, a fim de atender a heterogeneidade dos candidatos.

A falta de base pedagógica nos níveis anteriores de ensino-aprendizagem se refere à diferença de conhecimentos e habilidades apresentadas pelos ingressantes de um curso, o que, segundo Araújo e Santos (2012), faz com que parcela dos estudantes apresentem dificuldades de entendimento dos conhecimentos científicos do ensino profissional, como foi para o sujeito S3-F-I5 (2020), “nas primeiras aulas eu vi que não ia conseguir acompanhar a turma, pois eles estavam muito adiantados nos conteúdos”. Conforme estudos de Ciavatta (2005, p. 15), esses alunos são produtos do dualismo educacional, gerados pela “má qualidade da educação no sistema público de ensino e a ilusão das políticas de acesso sem meios para a permanência no sistema educacional”. Para o TCU (BRASIL, Acórdão n.º 506, 2013), essa característica provoca significativos déficits educacionais, afeta a condição individual de pertencimento e de adaptação ao ambiente escolar, e com isso agrava o risco de evasão.

Diante da heterogeneidade social, econômica e etária dos ingressantes, torna-se essencial a implementação de ações que minimizem as dificuldades no processo educativo e atendam às demandas dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, pressupõe-se que a concepção de *práxis* educativas, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), para solucionar as dificuldades de aprendizagem sejam elaboradas com o trabalhador-estudante e não para o trabalhador-estudante, a fim de possibilitar uma aprendizagem significativa e estimular a permanência na instituição de ensino. Também foi identificada a necessidade de intensificar os acompanhamentos individuais e/ou grupais dos estudantes com os profissionais especializados da equipe pedagógica e o preparo docente para “identificar as dificuldades de aprendizado e suas possíveis soluções, minimizando a escolha pela evasão.” (BASTOS; GOMES, 2014, p. 231). Sobre esse aspecto, as oportunidades de acompanhamento

pedagógico oferecidos pelo IFSC precisam ser amplamente divulgadas durante o processo de ingresso para que o candidato tenha conhecimento das obras, programas e projetos desenvolvidos pela instituição para permanência, sucesso e progressão.

A evasão ligada à não identificação com o curso decorre da falta de informações necessárias para o ingresso, “vinculada tanto às disciplinas que seriam cursadas quanto às possibilidades de atuação profissional” (FIGUEIREDO, 2014, p. 63) e está quase sempre associada à possibilidade de experimentação. Os testemunhos obtidos durante a pesquisa apontam que algumas escolhas pelo curso em estudo estiveram associadas ao IFSC ser uma instituição pública, gratuita e de qualidade; outros sujeitos indicaram a possibilidade de crescimento profissional; alguns revelaram o interesse na aquisição do diploma de um curso técnico e outros foram atraídos pela perspectiva de uma colocação no mundo do trabalho. Os depoimentos mostram a “falta de apresentação do perfil do curso e de sua importância para o mercado, da falta de apresentação da demanda em empregabilidade na área do aluno” (ARAÚJO; SANTOS, 2012, p.8), o que pode ocasionar expectativas infundadas referentes à profissão ou instituição de ensino, podendo provocar frustração com a realidade encontrada, desmotivando-os a seguir com os estudos, como o sujeito S10-F-I6 (2020), “[...], os vários vídeos de gente morrendo por falta de segurança. Uma realidade..., mas muito triste...Ser um profissional da área é diferente, é escolher isso todos os dias [...]”. Esses fatos revelam a necessidade do desenvolvimento de ações consistentes e pontuais que oportunizem o conhecimento da área de formação e melhorem a comunicação entre a instituição e os candidatos durante o processo de ingresso.

Dentro das propostas apresentadas pelos sujeitos para facilitar o processo de Ingresso e para melhorar a permanência dos estudantes, destacaram-se: site com melhor acessibilidade, mais divulgação das informações necessárias para o ingresso, apresentar as informações sobre cotas de forma mais clara, integrar as ferramentas de comunicação para a divulgação do processo seletivo, fornecer informações sobre os conteúdos teóricos e práticos dos cursos ofertados, flexibilidade do currículo e de horário para cursar as unidades curriculares, melhor divulgação das ações de assistência estudantil, das práticas de auxílio e dos projetos educacionais realizados pela instituição. As sugestões apresentadas demonstram a necessidade de revisão das políticas de comunicação e divulgação de informações, tornando-as mais

acessíveis à diversidade cultural, social, econômica e etária do público que procura a instituição, assim como, de acordo com os estudos de Coelho (2014), deve compreender e envolver as realidades dos discentes e docentes no processo educativo para um conhecimento significativo e uma formação emancipatória.

Desenvolvidos os fatores de evasão no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho que estão ligados ao Processo de Ingresso, apresenta-se a conclusão do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo analisar de forma mais ampla como os processos utilizados no Sistema de Ingresso do IFSC podem estar gerando lacunas na permanência e no êxito dos estudantes do primeiro semestre do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho do *Campus* Florianópolis. Visando a atingir esse propósito, realizou-se uma entrevista semi-estruturada com sujeitos evadidos durante a primeira fase do curso, a fim de averiguar sua compreensão sobre a instituição, qual a forma de acesso às informações utilizadas no decorrer do processo de ingresso, conhecimento sobre o curso e a profissão, expectativas não encontradas e motivo da evasão.

Os resultados demonstraram que a maioria dos sujeitos evadidos afirmam possuir facilidade de acesso e emprego das tecnologias de informação, como também obteve o resultado da seleção para o ingresso por meio do e-mail enviado pela instituição aos classificados, no entanto, alguns sujeitos manifestaram dificuldade para manipular a página de ingresso no site institucional. Os dados também evidenciaram que significativo número de sujeitos não leu o edital do processo de ingresso, o que leva ao desconhecimento das regras e normas que conduzem as formas de seleção apresentadas pela instituição, o que pode provocar o cancelamento da matrícula por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional ou edital de ingresso. Como se pode observar, o uso do site institucional para obter informações durante o processo de ingresso não está totalmente acessível a diversidade social, econômica e etária do público que busca a instituição, podendo possibilitar a exclusão de indivíduos que almejam o curso, no

entanto, não chegam a finalizar o processo de inscrição e encaminhamento de documentos devido à dificuldade de acesso e uso das tecnologias da informação.

Outro importante aspecto apresentado é a diversidade de influências, objetivos e expectativas entre os estudantes que ingressam no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho e como tais condições heterogêneas tanto podem suscitar o desejo de permanência, sucesso e progressão, como podem resultar em fatores de evasão quando ligados a experimentação profissional, sem o devido entendimento da concepção pedagógica e técnica ofertada pela instituição. Destaca-se que a maioria dos sujeitos evadidos declarou possuir uma boa noção sobre o curso antes do ingresso, no entanto, constata-se que seus conhecimentos, muitas vezes, apoiam-se em estereótipos e senso comum que não se assemelham completamente ao contexto encontrado, já que um número significativo de evadidos alegou que o acesso às informações mais específicas sobre o curso teria influenciado em sua escolha durante o processo de ingresso. Evidencia-se que muitos sujeitos não tiveram acesso ao Projeto Pedagógico do Curso Técnico, o que acarreta em expressivo número de ingressantes que desconhecem o que será estudado no curso e as possibilidades de atuação profissional. Tal situação pode levar ao ingresso de estudantes que não possuem perfil para a área, ou que procuram outro tipo de formação, o que pode gerar complexos casos de evasão que poderiam ser atenuados com a melhor divulgação de informações e orientação aos candidatos. Assim, enfatiza-se a importância de as informações presentes no PPC do curso tornarem-se mais acessíveis para os candidatos, com o intuito de oferecer uma orientação mais completa e qualificada, a fim de que os ingressantes tenham clareza dos objetivos e metas para realizarem o curso até o final.

A respeito dos elementos relacionados ao processo de ingresso que podem ter colaborado com a evasão de estudantes do curso, verifica-se que o conflito de horário, trabalho/emprego e distância, são aspectos relacionados ao perfil dos estudantes admitidos pela instituição, assim, para refrear esses fatores com a conexão ingresso-permanência-evasão, o perfil dos estudantes precisa ser conhecido e considerado durante a elaboração do processo de ingresso para o desenvolvimento de ações que reduzam tais dificuldades. Além disso, as práticas adotadas precisam ser amplamente divulgadas aos candidatos durante o processo de ingresso.

Em relação à dificuldade para acompanhar o conteúdo das aulas pela falta de base pedagógica nos níveis anteriores de ensino-aprendizagem, salienta-se que as carências didático-pedagógicas apresentadas pelos estudantes devem ser acompanhadas por equipe multidisciplinar, junto com a necessidade do desenvolvimento de políticas que possibilitem ao próprio estudante ter mais tempo e condições para ficar envolvido na escolarização, criando possibilidades de suprimir as lacunas de conhecimentos relacionados à formação geral, como o desenvolvimento de projetos de nivelamento, monitoria, tutoria, atendimento ao aluno, entre outras condições que visam à permanência, o sucesso e à progressão dos estudantes. O desenvolvimento dessas atividades precisa ser divulgado durante o processo de ingresso a todos os candidatos interessados nos cursos oferecidos pela instituição.

A percepção de inadequação ao perfil do curso, proporcional à falta de conhecimento e orientação sobre o curso em que se está ingressando, é um fator de evasão que poderia ser atenuado com a melhor divulgação de informações e orientação aos candidatos. Nesse sentido, o IFSC precisa trabalhar sua comunicação pública na busca de uma aproximação com os futuros estudantes, visando à antecipação do vínculo ao deixar que o aluno se identifique, ou não, com seu projeto e de seus cursos, a fim de que os ingressantes tenham clareza de objetivos e metas do curso que pretendem iniciar.

Para completar os resultados encontrados, enfatiza-se que as propostas apresentadas pelos participantes da pesquisa para facilitar o processo de Ingresso e para melhorar a permanência dos estudantes no curso demonstram que o processo de ingresso da instituição precisa de melhorias no que tange à comunicação pública de informações necessárias aos futuros ingressantes.

Finalizando a análise aqui empreendida, constata-se que muitos estudantes passam pelo Processo de Ingresso do IFSC e iniciam o Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho sem adquirir os conhecimentos sobre suas características, principalmente os fatores teóricos, práticos e pedagógicos que o constituem. Tal condição é um fator de evasão durante o primeiro semestre por ausência de compatibilidade com a área e/ou dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem. Perante o exposto, salienta-se a relevância dos dados referentes às características do curso estarem disponibilizados de maneira objetiva e dinâmica ao

longo do processo de Ingresso para que o candidato efetue sua escolha conscientemente, contribuindo assim para a permanência e êxito dos ingressantes.

Para concluir, enfatiza-se a necessidade de desenvolvimento de novas pesquisas sobre essa temática para que mais conhecimentos sobre esse assunto sejam gerados e possam contribuir para a compreensão, reconhecimento e combate à evasão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elisa Carmo Franco; MIRANDA, Paula Reis de. Comunicação Pública na Prevenção da Evasão: a experiência de um aplicativo sobre Ensino Médio Integrado. *Revista Diálogo Educacional*, v. 20, n. 64 p. 170-200, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/25428>. Acesso em: 15 jun. 2020.

AMBROSINI, Tiago Felipe. Guia de Acesso Estude no IFRS BG: estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS Campus Bento Gonçalves. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/192>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ARAÚJO, Cristiane Ferreira de; SANTOS, Roseli Aparecida dos. A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar. In: THE INTERNATIONAL CONGRESS ON UNIVERSITY-INDUSTRY COOPERATION, 4, 2012, Taubaté, SP. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: UNINDU, 05 a 07 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://silو.tips/download/a-educacao-profissional-de-nivel-medio-e-os-fatores-internos-externos-asinstitui#:~:text=Com%20o%20processo%20de%20democratiza%C3%A7%C3%A3o,%C3%A0%20escola%20passa%20a%20vigorar.&text=A%20pesquisa%20objetiva%20de%20modo,externos%20%C3%A0s%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino>. Acesso em: 5 out. 2019.

BASTOS, Oliver Guimarães Armando; GOMES, Carlos Francisco Simões. A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades – Um estudo de caso do CEFET-RJ. CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 10, 2014, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: CNEG, 08 a 09 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.inovarse.org/node/2046>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Documento Base. Brasília, abril de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, dezembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.

BRASIL. Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão n.º 506, de 13 de maio de 2013. Relatório de Auditoria n.º TC 026.062/2011-9. Disponível em: http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20Voto%20Acordao%20%20Educacao%20Profissional.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria n.º 39, de 22 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/portaria-no-39-de-22-de-novembro-de-2013-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica-comentada-por-wille-muriel>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Nota Informativa n.º 138, de 15 de julho de 2015. Brasília: SETEC/MEC, 2015. Disponível em: http://www.iftm.edu.br/proreitorias/ensino/permanenciaeexito/documentos/documentos/2015%20Nota%20Informativa%20n%C2%B0%20138%20_2015_DPE_DDR_SETEC_MEC%20282%29.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: em: 15 abr. 2021.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *Revista Trabalho Necessário*, n. 3, v. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 22 nov. 2019.

COELHO, Alexandra Joelma Dal Pizzol. Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/1030>. Acesso em 14 abr. 2020.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zoleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa* [online], n. 144, v. 41, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_abstract&pid=S010015742011000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 4 out. 2019.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva. Análise dos fatores geradores de evasão no Curso Técnico em Telecomunicações do CEFET-RJ/UNED Petrópolis: uma reflexão sobre a qualidade em educação profissional. 2014. Dissertação (Mestrado em

Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/854/1/Dissert%20Nat%C3%A1lia%20Gomes%20da%20Silva%20Figueiredo.pdf>. Acesso em 7 jan. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da. (Org.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63451908-O-trabalho-como-principio-educativo-no-projeto-de-educacao-integral-de-trabalhadores-excertos.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

GLÓRIA, Geovani Falconi. Práticas Organizacionais de um Instituto Federal: um estudo a partir dos indicadores de gestão – conclusão, evasão e retenção escolar. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6413/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Geovani%20Falconi%20GI%C3%B3ria.pdf>. Acesso: 30 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC), Resolução CONSUP n.º 23, 2018. Aprova o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/0/Plano+de+Perman%C3%Aancia%C3%8Axito/11b7634e-0c69-4056-9034-a40275ff9a0b>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IKESHOJI, Elisângela Aparecida Bulla; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima. Educação Profissional e Tecnológica: retrospectiva histórica com ênfase na Rede Federal. In: NETO, Alexandre Shigunov; SILVA, André Coelho; FORTUNATO, Ivan (org.). Passado, Presente e Futuro nos Institutos Federais de Educação. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. p. 30 - 49.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. HOLOS, ano 23, v. 2, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 22 nov. 2019.

RIFFEL, Sonia Marmol; MALACARNE, Vilmar. Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina – PR, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019

SEVERINO, Joaquim Antônio. Metodologia do Trabalho Científico. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Raimunda Magalhães; BEZERRA, Indara Cavalcante; BRASIL, Christina César Praça; MOURA, Escolástica Rejane Ferreira (org.). Estudos Qualitativos: enfoques teóricos e técnicas de coleta de informações. Sobral: Edições UVA, 2018.

SUSKI, Cássio Aurélio; SANTOS, Débora Magna; PACHECO, Diego; ESTEVES, Marina Regina Veloso; PEIXE, Rita Inês Petrykowski; GUIMARÃES, Sandra Lopes. Estratégias para elevação dos índices de permanência na educação básica, técnica e tecnológica. *Scientia Vitae*, v. 11, n. 33, p. 30-49, 2021. Disponível em: http://www.revistaifsp.com/v1133_3049.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.